**MODELO DE PETIÇÃO**

**PROCESSO CIVIL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. ÚNICOS RENDIMENTOS. SÓCIOS DE SOCIEDADE FALIDA**

**Rénan Kfuri Lopes**

Exma. Sra. Juíza de Direito da ... Vara Cível da Comarca de ...

processo n. ...

- O ÚNICO RENDIMENTO ATUAL DOS EMBARGANTES É A “*PENSÃO PREVIDENCIÁRIA*” DE ... -

- A SOCIEDADE “...” TEVE ENCERRADO SEU CONTRATO DE CONCESSÃO DE REVENDA DE VEÍCULOS COM A ...-

- CARACTERIZAÇÃO MANIFESTA DOS EMBARGOS PARA TER DIREITO DOS BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA -

(nome) e (nome), embargantes, por seus comuns advogados *in fine* assinados, nos autos epigrafados, em que contende contra ..., vêm, respeitosamente, em cumprimento à r. decisão retro, se manifestar nos seguintes termos:

I- A ÚNICA FONTE DE RENDA ATUAL DOS EMBARGANTES

1. *Ab initio*, impõe-se afirmar que a única fonte de renda dos embargantes atualmente é o valor da “*pensão previdenciária*” recebida pelo coembargante ..., cujo valor mensal é de aproximadamente R$ ... [...].

2. O extrato expedido pelo “*Fundo do Regime Geral de Previdência Social-FRGPS*” informou que no ano de ... o total dos rendimentos [inclusive férias] foi de R$ ...; mais o décimo terceiro salário de R$ ... o que totaliza R$ ... Deste total reduziu-se o imposto de renda retido na fonte de R$ ... e R$ ...= R$ ... Logo, o valor líquido mensal em ..., e é o mesmo em 2.019, gira em torno na média mensal de R$ ... [...] ---doc. n....

II- A PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DA “...”

3. Os embargantes ... e ... são casados e figuraram como fiadores no “*Termo de Confissão de Dívida”* exequendo na execução apensada promovida pelo “...” [vide fls. n....].

4. Da narrativa da inicial depreende-se que a “*confissão de dívida*” originou-se da relação que a sociedade “...a” mantinha [passado] com a poderosa indústria montadora “..”, cujo contrato de “*concessão de revendas de veículos* ...” se encontra às fls....

5. Entretanto, esse contrato de revenda foi rescindido unilateralmente pela própria “...” em ... pelos motivos elencados pela montadora na notificação encaminhada à “...”:

- que é devedora do valor R$ ... oriundo do “*Termo de Confissão de Dívida n. ...*”;

- que a sociedade a partir de ... constituiu novas dívidas que não foram pagas no valor de R$ ...;

- que o desempenho da “...” seria incompatível com outras concessionárias da região.

- doc. n....

6. Sem adentrar no mérito das supostas afirmações da montadora “...”, posto não ser esta a oportunidade e o palco legal para travar essa discussão, o fato é que a sociedade dos embargantes “...” encontra-se desde o ano passado [...] em estado de bancarrota; agravado sua crise financeira pela "...”, tendo acumulado um prejuízo de R... [...], como demonstrado pelo balanço patrimonial subscrito por contador/profissional, juntado às fls. ...

7. Destarte, hoje a única renda do casal-embargante é a pensão previdenciária/INSS do coembargante ...

8. Verifica-se pela Declaração de Imposto de Renda- Pessoa Física de .../ Exercício ... que sua única renda significativa era das retiradas da sociedade, hoje não mais existentes!

9. E essas retiradas no ano de ... e outras pequenas reservas que mantinha o casal foram revertidas exclusivamente para o pagamento dos empregados/funcionários da sociedade “...”, gerando um contrato de mútuo em favor do declarante, entretanto, sem a mínima possibilidade de recebimento.

10. Além das despesas médicas declaradas no informe oficial pelos embargantes [sexagenários], também é esclarecido que a coembargante ... é dependente do seu marido/coembargante ... --- doc. n. ...

11. *In casu,* os embargantes demonstraram até não mais poder, pessoas físicas, pelos documentos oficiais carreados aos autos [em cujo favor milita a presunção legal de veracidade] a situação financeira atual de ambos, refutando qualquer presunção em contrário, que não o manifesto direito que lhes assiste de virem a juízo se defender, no exercício magno do contraditório , amparado pelo também direito constitucional [sem o que não será possível] da gratuidade da justiça.

12. Com a autoridade que se lhe reconhece, transcreve-se trecho do voto sobre o tema ora em voga do Ministro EDSON FACHIN:

“...*9. Portanto, o benefício da justiça gratuita não se constitui na isenção absoluta das custas e dos honorários advocatícios, mas, sim, na desobrigação de pagá-los enquanto perdurar o estado de carência econômica do necessitado, propiciador da concessão deste privilégio. Em resumo, trata-se de um benefício condicionado que visa a garantir o acesso à Justiça, e não a gratuidade em si*” [*in* RE 249.003 ED, DJe 10.05.2016]. [RE 249.003 ED, DJe 10.05.2016]

13. Portanto, os embargantes reiteram os termos da inicial especificadamente às fls. ..., amparada agora por documentação idônea, guarnecida pelo art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal [“*o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”] no sentido de que lhes sejam deferidas as gratuidades da justiça.

III- PEDIDOS

14. ***Ex positis***, os embargantes requerem:

a) sejam-lhes DEFERIDA A concessão da gratuidade de justiça, pois demonstrado em sua amplitude máxima a real hipossuficiência financeira, esteado nos requisitos instituídos pela norma cogente;

b) subsidiariamente, se superado o anterior pleito, diante da momentânea impossibilidade financeira dos embargantes,

c) sejam-lhes concedido de pronto o deferimento do pagamento das custas e despesas processuais para serem quitadas somente depois de proferida sentença de mérito dos presentes embargos à execução [Lei Estadual n. 11.608/2003, art. 5º, IV c.c. art. 98, § 5º do CPC];

ou

d) sejam-lhes deferido a gratuidade da justiça quanto ao pagamentos das custas iniciais, como prescrito no art. 98, § 5º do CPC;

ou

d) sejam-lhes concedido o direito ao parcelamento das custas iniciais em 12 [doze] parcelas mensais, obediente ao art. 98, § 6º do CPC.

b) por derradeiro, tratando-se de documento sigiloso que contém dados financeiros dos embargantes [CF, art. 5º, X], pedem seja mantido na aba de ...o documento relativo à DIRPF do coembargante ... [CPC, art. 189,III].

P. Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)